

Arbitragem e Financiamento por Terceiros

2020

Marcel Carvalho Engholm Cardoso

ARBITRAGEM E FINANCIAMENTO POR TERCEIROS

© Almedina, 2020

AUTOR: Marcel Carvalho Engholm Cardoso

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9788584935994

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cardoso, Marcel Carvalho Engholm
Arbitragem e financiamento por terceiros / Marcel
Cardoso Engholm Cardoso. -- São Paulo : Almedina,
2020.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-599-4

1. Arbitragem (Direito)
2. Financiamento
3. Processo civil I. Título.

19-32305

CDU-347918

Índices para catálogo sistemático:

1. Arbitragem : Direito processual civil 347.918

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Fevereiro, 2020.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. Desenvolvimento Histórico do Financiamento de Litígios por Terceiros	17
2.1 Origens e Obstáculos ao seu Desenvolvimento antes do Século XX.....	17
2.1.1 Grécia e Roma: Sicofante e Calumniator	17
2.1.2 Da Inglaterra Feudal ao Século XX: Champerty e Maintenance.....	19
2.1.3 Leading case: Fostif	26
2.2 Desenvolvimentos Recentes	30
3. O Acordo de Financiamento por Terceiros	45
3.1 Definição de Financiamento por Terceiros	47
3.1.1 Características Essenciais.....	50
3.2 Tipos de Financiamento.....	53
3.2.1 Financiamento pelo Advogado: Honorários de Êxito.....	54
3.2.2 Financiamento por um Terceiro Investidor (Financiamento “Típico”)	62
3.2.3 Financiamento por Meio de Valores Mobiliários.....	68
3.2.4 Financiamento do Réu	71
3.2.5 Financiamento do Escritório de Advocacia	73
3.2.6 Conclusões Parciais.....	76
3.3 Natureza Jurídica do Acordo de Financiamento	77
3.3.1 Apontamentos Iniciais	78
3.3.2 Enquadramento Jurídico do Financiamento “Típico”	84
3.3.2.1 Situações que não são Adequadas ao Financiamento por Terceiros.....	85
3.3.2.1.1 Empréstimo	85
3.3.2.1.2 Cessão da Posição Contratual	86
3.3.2.1.3 Estipulação em Favor de Terceiros	89
3.3.2.1.4 Cessão Fiduciária de Crédito.....	90
3.3.2.2 Contrato Bilateral Sinalagmático.....	91
3.3.2.2.1 Cessão de Crédito.....	91

3.3.2.2.2 Contrato Atípico	95
3.3.2.3 Contrato de Sociedade	97
3.3.2.3.1 Sociedade em Conta de Participação	99
3.4 Conclusões Parciais.....	101
4. Posição do Financiador no Processo	103
4.1 Conceito de Parte e de Terceiro	103
4.2 Partes e Terceiros na Arbitragem	107
4.2.1 Natureza Contratual ou Jurisdicional da Arbitragem	107
4.2.2 Limites à Autonomia da Vontade	109
4.2.3 Conceito de Partes e Terceiros em Arbitragem.....	111
4.2.4 Tratamento do tema nos Ordenamentos Estrangeiros	112
4.2.5 Direito Brasileiro	119
4.2.6 Regulamentos de Câmaras de Arbitragem.....	125
4.2.7 Conclusão quanto à Intervenção de Terceiros em Arbitragem	127
4.3 Posição do Financiador no Processo e Consequências.....	128
4.3.1 Premissas Adicionais	129
4.3.1.1 Legitimidade Extraordinária Convencional.....	129
4.3.1.2 Alienação da Coisa Litigiosa.....	133
4.3.1.3 Transmissão da Convenção de Arbitragem.....	139
4.3.1.3.1 Cessão de Crédito	143
4.3.1.3.2 Contrato de Sociedade	145
4.3.1.3.3 Alienação da Coisa Litigiosa	147
4.3.2 Posição do Financiador no Processo	150
4.3.3 Consequências da Posição do Financiador no Processo	156
4.3.3.1 (Im)possibilidade de a Parte Adversa iniciar Execução contra o Financiador.....	156
4.3.3.2. (Im)possibilidade de o Financiador dar Seguimento ao Processo e Mover Execução Autonomamente.....	159
4.3.3.3 (Im)possibilidade de Responsabilizar o Financiador pela Sucumbência.....	161
4.3.3.4 Despesas com Financiamento como Custos a serem Ressarcidos pelo Sucumbente	173
4.4 Conclusões Parciais	183
5. Financiamento de Litígios e Imparcialidade	187
5.1 Imparcialidade no Direito Brasileiro	189
5.1.1 Critérios Gerais (Standards) de Parcialidade	193
5.2 Dever de Revelação	197

5.3 Efeitos do Financiamento sobre a Imparcialidade e Dever de Revelação	200
5.4 Conclusões Parciais.....	208
6. Financiamento de Litígios e Confidencialidade	211
6.1 Obrigação de Sigilo entre Financiador e Parte Adversa	212
6.2 Obrigação de Sigilo entre Financiador e Advogado	213
6.3 Confidencialidade do Processo Estatal (Publicidade Restrita/Segredo de Justiça)	215
6.4 Confidencialidade do Processo Arbitral	217
6.4.1 Definição Terminológica. Confidencialidade e Privacidade	218
6.4.2 Natureza Jurídica da Confidencialidade	220
6.4.3 Tentativa de Delimitação a Partir da Comparação Jurídica	221
6.4.4 Direito Brasileiro	227
6.4.5 Contornos do Instituto	229
6.4.5.1 Aspectos Subjetivos.....	230
6.4.5.1.1 Árbitros e Instituição.....	230
6.4.5.1.2 Partes e Partícipes.....	233
6.4.5.2 Aspectos Objetivos	235
6.4.6 Exceções à Confidencialidade	237
6.4.7 Publicação das Decisões	243
6.5 Efeitos do Financiamento para a Confidencialidade do Processo	245
7. Conclusão.....	247
Referências	251